

Estabilização e competitividade: objetivos nacionais

ESTADO DE SÃO PAULO 09 JAN 1993

YOLANDA RAMALHO,
CLARISSA LINS e
ELIANE L. THOMPSON FLÔRES

Parece haver crescente consenso sobre a necessidade de o governo brasileiro promover reformas com objetivos de estabilização econômica. Consenso também existe com relação à necessidade de reformas estruturais, capazes de aumentar a competitividade da economia brasileira, tornando factível a elevação dos salários reais, a ampliação do número de empregos e a disponibilidade de produtos de maior qualidade e mais baixos preços para a população.

A conciliação desses objetivos é tarefa árdua. E torna indispensável a proposição de alternativas capazes de lidar com a complementaridade e a simultaneidade destes processos.

Na experiência histórica brasileira das duas últimas décadas, podemos encontrar, em alguns períodos, os resultados da integração das políticas governamentais objetivando o desenvolvimento do País.

Para aferir os resultados dessas políticas, podemos nos valer de dois indicadores de competitividade — o de custos e o de propensão a exportar — e da análise dos fatores que os determinaram. Esses indicadores, elaborados pelo BNDES, refletem a competitividade da indústria de transformação, medindo-a em termos de custos de produção e da capacidade de penetração dos produtos brasileiros nos mercados internacionais.

O indicador de competitividade-custos é determinado pela evolução da taxa de câmbio efetiva e dos diferenciais de salários e produtividade da mão-de-obra. Mede o custo,

expresso em dólares, da mão-de-obra da indústria de transformação brasileira por unidade produzida, comparando-o aos custos dos nossos principais concorrentes internacionais.

Por outro lado, a competitividade das exportações está extremamente vinculada às variáveis de política econômica, tais como taxa de câmbio, financiamento e incentivos às exportações, bem como à eficiência da estrutura produtiva do País. É medida pela propensão a exportar da indústria de transformação, ou seja, a participação das exportações no total da produção nacional.

Esses indicadores permitem constatar que, no período 1970-90, a propensão a exportar duplicou, não obstante o aumento de cerca de 20% dos custos de produção. Isto é: a capacidade exportadora brasileira aumentou, sem necessariamente estar calcada em menores custos e, em última instância, em ganhos relativos de produtividade.

Analisando-se, no entanto, mais detalhadamente o período, observa-se na década de 70 maior estabilidade econômica, associada a uma fase de significativos investimentos, crescimento econômico e ganhos de produtividade. Destacam-se estabilidade cambial, incentivos à exportação de manufaturados e volumes substanciais de crédito para o financiamento do investimento de longo prazo. Esses fatores propiciaram tanto o aumento da propensão a exportar quanto a redução dos custos relativos de mão-de-obra.

A década de 80 caracterizou-se pelo oposto: grande instabilidade econômica, decorrente de condições interna-

cionais adversas e de política do governo cujos objetivos se alternavam entre a obtenção de divisas e a estabilização doméstica. Nessa década, observa-se acentuada oscilação dos indicadores de competitividade: as quedas verificadas a partir da segunda metade dos anos 80 foram bem mais expressivas nos indicadores de custos e anularam os ganhos da década anterior. Evidenciou-se aí o pouco fôlego do governo para conjugar políticas de estabilização e promoção de competitividade, baseadas apenas em políticas macroeconômicas, que davam prioridade aos objetivos de curto prazo. Não foram efetuadas, portanto, mudanças que tornassem permanentes os ganhos obtidos.

Depreende-se desta experiência a importância das políticas públicas para a determinação da competitividade da indústria brasileira: a década de 70, caracterizada por ganhos suaves de competitividade, baseou-se na elevação da produtividade, propiciada por investimentos de expansão e modernização da capacidade instalada; na década de 80, os ganhos de competitividade foram ilusórios, uma vez que não foram capazes de se sustentar na segunda metade da década.

Fica claro que, ainda que o governo consiga "criar" vantagens competitivas no curto prazo, instabilidade econômica não possibilita ganhos de competitividade sustentáveis no médio e longo prazos. Para obtê-los, é preciso conjugar o restabelecimento de um ambiente economicamente estável à retomada dos investimentos necessários à modernização do parque produtivo e, em última instância, a aumentos de produtividade.

Ganhos de produtividade viabilizam maiores taxas de crescimento da economia, mesmo que existam restrições de divisas, poupança ou de recursos fiscais. Propiciam, ainda, ampliação do emprego, dos níveis reais de salário; e permitem aumento dos graus de liberdade para a prática de uma política econômica ativa.

Nos anos 90, estabelecido o consenso sobre os limites dos instrumentos de política macroeconômica de curto prazo, cabe direcionar a política governamental para ganhos de produtividade. Mais uma vez, nos defrontamos com opções aparentemente excludentes, mas que podem e devem ser conciliadas: estabilização e reestruturação do sistema produtivo.

A elevação da produtividade, objetivo final da política governamental, é o campo privilegiado para a atuação do Sistema BNDES. Ao longo dos últimos 40 anos, o BNDES tem sido o agente da industrialização brasileira, financiando a implantação do parque produtivo. Sua atual política visa incentivar a reestruturação desse parque, tornando-o mais competitivo.

Estabilização e produtividade. Reforma do Estado e políticas de financiamento do investimento. Esta será a tônica dos anos 90.

■ Yolanda Ramalho é gerente do Departamento de Economia do BNDES.

■ Clarissa Lins foi economista do BNDES e, atualmente, trabalha na Shell do Brasil.

■ Eliane L. Thompson Flôres é economista do BNDES.